MAPFRE Capitalização S.A.

CNPJ: 09.382.998/0001-00

MAPFRE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 da MAPFRE Capitalização S.A., elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. As referidas Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022, e alterações, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Independentes.

Receitas de títulos de capitalização

As receitas com títulos de capitalização totalizaram no exercício de 2024 R$ 159,5 milhões um decréscimo de 7% ou R$ 12,9 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. A perda de parceiros e o mercado de incentivos ainda estagnado, contribuíram para essa redução.

Despesas administrativas

As despesas administrativas em 2024 totalizaram R$ 11,7 milhões, um incremento de R$ 4,4 milhões em relação ao ano anterior decorrente do aumento de colaboradores no exercício de 2024.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou R$ 10,8 milhões, um aumento de 13,7% em relação ao exercício do ano anterior, resultado este que foi impactado principalmente pela redução das despesas financeiras no exercício de 2024. Isso ocorre devido ao menor volume de arrecadações e consequentemente de cota de provisões matemáticas de capitalização, além de queda na TR, gerando um menor volume das despesas com atualizações monetárias e juros.

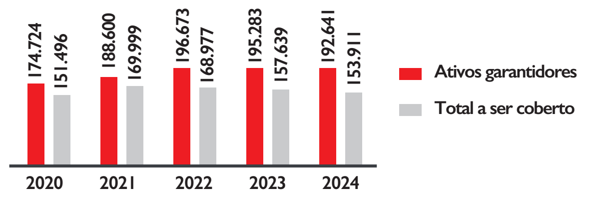
Resultado do exercício

O resultado totalizou no exercício de 2024 um lucro de R$ 3,5 milhões, uma redução de R$ 2,8 milhões em relação ao exercício de 2023, decorrentes principalmente do aumento das despesas administrativas, da redução nas arrecadações com títulos de capitalização e da inclusão do cálculo da variação da receita diferida aplicada a partir de 2024.

Declaração de capacidade financeira

A MAPFRE Capitalização S.A. tem apresentado nos últimos 5 (cinco) anos liquidez para cobertura das reservas técnicas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Ativos garantidores e Provisões técnicas



Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

Os acionistas da MAPFRE Capitalização S.A., em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições de dividendos previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de investimentos, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

Sustentabilidade

Um pilar estratégico da MAPFRE e, assim, avançamos cada vez mais para integrar os aspectos ASG (ambiental, social e governança) aos negócios da companhia. Em 2024, demos continuidade à execução dos projetos e iniciativas que integram o Plano Estratégico Corporativo de Sustentabilidade. Esse plano, atualizado para o triênio 2024-2026, define o posicionamento da MAPFRE em relação às questões ASG e contempla os compromissos globais de sustentabilidade assumidos pela seguradora, com foco nos grandes desafios enfrentados atualmente pelo mundo: as mudanças climáticas; a necessidade de uma economia mais circular; a inclusão; a educação financeira e de seguros; o envelhecimento da sociedade; os negócios e demandas sociais; e os desafios de um portfólio de produtos e serviços cada vez mais sustentável, em linha com as oportunidades e ameaças de um cenário socioeconômico e climático em plena transformação.

Como destaque no âmbito das questões ambientais, ressaltamos o cumprimento da meta de redução da pegada de carbono, com um desempenho 15% superior à meta de 4,05%, considerando a linha de base de 2022. Esse resultado é decorrente da adoção de diversas iniciativas e projetos que têm como intuito a redução das emissões de carbono das operações da MAPFRE, como a nova certificação ambiental (Lixo Zero) alcançada no Edifício MAPFRE, sede da empresa em São Paulo.

Em relação às questões sociais, além da continuidade das iniciativas que têm como objetivo o bem-estar dos nossos colaboradores, demos continuidade ao projeto MAPFRE Sênior, com o lançamento dos produtos MAPFRE Sênior Empresarial - desenhado especialmente para atender às necessidades e preocupações das Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPIs) - e MAPFRE Sênior Residencial, construído para trazer qualidade de vida e autonomia para o público sênior. Também lançamos o Projeto MAPFRE na Favela com a oferta de três produtos de seguros de impacto social para a população de baixa renda.

***FUNDACIÓN* MAPFRE**

Por meio da *Fundación* MAPFRE, instituição sem fins lucrativos, a MAPFRE contribui para o desenvolvimento social com a realização de iniciativas na área de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguro e Previdência Social, Cultura e Ação Social.

No ano de 2024, os programas desenvolvidos beneficiaram mais de 5,5 milhões de pessoas, tanto presencialmente quanto de forma digital, contribuindo para o bem-estar da sociedade, para a prevenção e redução de sinistros no trânsito, para o acesso à informação, para o incentivo à inovação e à pesquisa e para ampliar a diversidade cultural.

Extraordinariamente, a *Fundación* MAPFRE destinou recursos a título de ajuda humanitária aos milhares de atingidos em decorrência das fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul. Os valores doados foram utilizados para a compra de itens de primeira necessidade, que já beneficiaram mais de 140 (cento e quarenta) mil pessoas.

Como destaque, na área de Prevenção e Segurança Viária, a *Fundación* MAPFRE firmou uma parceria técnica com a Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), órgão máximo executivo do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Controles internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável.

Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias e, dar confiabilidade às práticas adotadas, e os resultados obtidos são informados às áreas e aos Comitês. Os testes referem-se: ao acompanhamento de novas regulamentações, aos atendimentos à fiscalização, à prevenção à lavagem de dinheiro e às fraudes, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998, de 3 de março de 1998, e alterações e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020, de 18 de agosto de 2020, e alterações, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos empregados e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutário para acompanhamento.

Governança de dados e segurança da informação

A Administração reafirma o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes. Diante dos desafios da era digital das informações, além do monitoramento em relação à segurança dos dados, governança e gestão da informação robusta e fortalecida têm sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhadas à nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos motiva a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante		**173.002**	**174.646**
Disponível	**5**	**5**	**7**
Caixa e bancos		5	7
Equivalentes de caixa	**5**	**54**	**48**
Aplicações	**6**	**168.239**	**168.962**
Outros créditos operacionais		**11**	**50**
Títulos e créditos a receber		**4.685**	**5.570**
Títulos e créditos a receber	7	3.946	2.409
Créditos tributários e previdenciários	17b	1	2.475
Outros créditos		738	686
Despesas antecipadas		**8**	**9**
Ativo não circulante		**27.581**	**28.337**
Realizável a longo prazo		**27.230**	**27.722**
Aplicações	**6**	**24.402**	**25.622**
Títulos e créditos a receber		**2.828**	**2.100**
Créditos tributários e previdenciários	17b	2.828	2.100
Imobilizado		**4**	**31**
Bens móveis		4	31
Intangível	**8**	**347**	**584**
Outros intangíveis		347	584
Total do ativo		**200.583**	**202.983**

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante		**164.875**	**169.381**
Contas a pagar		**10.272**	**9.423**
Obrigações a pagar	9	4.747	4.007
Impostos e encargos sociais a recolher		1.263	1.737
Encargos trabalhistas		2.893	2.781
Impostos e contribuições	10	1.369	898
Débitos de operações com capitalização	11	**692**	**2.319**
Débitos operacionais		692	2.319
Provisões técnicas - capitalização	12	**153.911**	**157.639**
Provisão para resgates		119.709	131.059
Provisão para sorteio		29.547	26.172
Provisão administrativa		–	408
Provisão de receitas diferidas		4.655	–
Passivo não circulante		**454**	**408**
Outros débitos		**454**	**408**
Provisões judiciais	14	454	408
Patrimônio líquido	15	**35.254**	**33.194**
Capital social		15.000	15.000
Reservas de lucros		22.051	19.017
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.797)	(823)
Total do passivo e patrimônio líquido		**200.583**	**202.983**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimento	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**15.000**	**2.369**	**11.871**	**(3.616)**	**–**	**25.624**
Variação no valor justo dos ativos financeiros	–	–	–	2.793	–	2.793
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	6.264	6.264
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	–	313	–	–	(313)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(1.487)	(1.487)
Reserva de investimento	–	–	4.464	–	(4.464)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**15.000**	**2.682**	**16.335**	**(823)**	**–**	**33.194**
Reversão da provisão de despesas administrativas - PDA (vide nota 2f)	–	–	–	–	408	408
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**15.000**	**2.682**	**16.335**	**(823)**	**408**	**33.602**
Variação no valor justo dos ativos financeiros	–	–	–	(985)	–	(985)
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	–	–	(48)	11	–	(37)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	3.506	3.506
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	–	175	–	–	(175)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(832)	(832)
Reserva de investimento	–	–	2.907	–	(2.907)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**15.000**	**2.857**	**19.194**	**(1.797)**	**–**	**35.254**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2024	2023
(+) Receita com títulos de capitalização		**159.547**	**172.448**
(+) Contribuição com títulos de capitalização	16a	**159.547**	**172.448**
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio		143.201	155.373
Contribuição - Quotas de carregamento		16.346	17.075
(+/–) Variação da receita diferida	16b/2f	**(4.655)**	**75**
(+/–) Variação da provisão para resgate	16c	**(128.932)**	**(138.626)**
(+/–) Variação da provisão de sorteios	16d	**(14.103)**	**(16.370)**
(–) Custo de aquisição	16e	**(4.554)**	**(4.980)**
(+/–) Outras receitas e despesas operacionais	16f	**604**	**(68)**
(+) Outras receitas operacionais		840	15
(–) Outras despesas operacionais		(236)	(83)
(–) Despesas administrativas	16g	**(11.748)**	**(7.371)**
Pessoal próprio		(6.038)	(1.445)
Serviços de terceiros		(1.596)	(1.818)
Localização e funcionamento		(864)	(859)
Publicidade e publicações		(112)	(129)
Donativos e contribuições		(100)	(187)
Despesas administrativas diversas		(3.038)	(2.933)
(–) Despesas com tributos	16h	**(1.030)**	**(2.196)**
(+) Resultado financeiro	16i	**10.766**	**9.467**
Receitas financeiras		19.350	20.516
Despesas financeiras		(8.584)	(11.049)
(=) Resultado operacional		**5.895**	**12.379**
(=) Resultado antes dos impostos e participações		**5.895**	**12.379**
(–) Imposto de renda	17a	(1.107)	(2.312)
(–) Contribuição social	17a	(843)	(1.562)
(–) Participações sobre o lucro		(439)	(2.241)
(=) Lucro líquido do exercício		**3.506**	**6.264**
(/) Quantidade de ações		13.846.989	13.846.989
(=) Lucro líquido por ação - R$		0,25	0,45

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**3.506**	**6.264**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	**(974)**	**2.793**
Variação no valor justo dos ativos financeiros	(1.639)	4.655
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	18	–
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	647	(1.862)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	**2.532**	**9.057**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

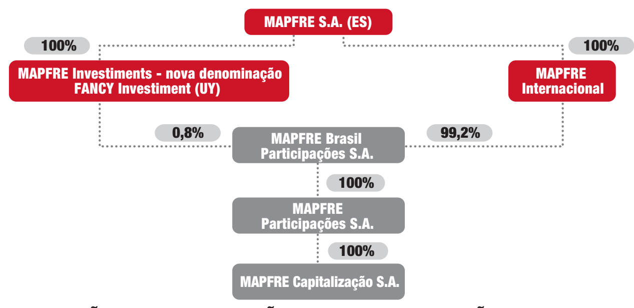
	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	3.506	6.264
Ajustes para:	**155.398**	**165.386**
Depreciações e amortizações	264	266
Redução ao valor recuperável	(89)	–
Variação das provisões técnicas - capitalização	155.208	165.684
Variação das provisões judiciais	96	76
Tributos diferidos	(81)	(640)
Variação nas contas patrimoniais:	**(156.161)**	**(165.952)**
Aplicações financeiras	749	6.298
Outros créditos operacionais	61	–
Créditos das operações de capitalização	–	62
Créditos tributários e previdenciários	2.474	967
Despesas antecipadas	1	(6)
Outros ativos	(1.589)	974
Obrigações a pagar	1.395	297
Impostos e contribuições	1.723	4.503
Débito de operações com capitalização	(1.627)	225
Depósitos de terceiros	–	(16)
Provisões técnicas - capitalização	(158.936)	(177.022)
Provisões judiciais	(50)	(77)
Outros passivos	(362)	(2.157)
Caixa gerado pelas operações	**2.743**	**5.698**
Imposto de renda pago sobre o lucro	(732)	(2.422)
Contribuição social paga sobre o lucro	(520)	(1.760)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**1.491**	**1.516**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(1.487)	(1.498)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	**(1.487)**	**(1.498)**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**4**	**18**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	**55**	**37**
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	**59**	**55**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Capitalização S.A., doravante designada por "Companhia", é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar na modalidade de capitalização, em todo o território nacional. O endereço registrado da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000 e está cadastrada sobre o CNPJ nº 09.382.998/0001-00. A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades, com sede em Madrid, Espanha. O controlador direto da Companhia é a MAPFRE Participações S.A., e o controlador em última instância é a MAPFRE S.A. (ES). As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2024, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2025. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros, mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dos ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos do CPC, referendados pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas para a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos e estimativas adotadas, que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e *ii.* informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 3b e 6 - Aplicações e ativos financeiros; • Notas 3f e 12 - Provisões técnicas; e • Notas 3g e 14 - Provisões judiciais. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes. **f) Adoção inicial do CPC 48 e alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022:** A Circular SUSEP nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022, entrou em vigor em 1º de janeiro de 2024, e trouxe mudanças na contabilização e no reconhecimento da receita da quota de carregamento dos títulos emitidos, bem como recepcionou o CPC 48 - Instrumentos financeiros. Os impactos encontram-se demonstrados abaixo: • Provisão de Receitas Diferidas (PRD): A Circular SUSEP nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022, extingue a Provisão de Despesas Administrativas (PDA), que foi substituída pela Provisão de Receita Diferida (PRD), que passa a representar as contraprestações a serem oferecidas pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, sendo constituída para os casos de diferimento das receitas de quotas de carregamento dos títulos de capitalização. O saldo na Provisão de Despesa Administrativa (PDA), na data-base 31 de dezembro de 2023, de R$ 408, foi revertido em contrapartida à conta de lucros acumulados no Patrimônio Líquido em 1º de janeiro de 2024 em conformidade com as determinações da SUSEP. A quota de carregamento do título é um percentual do pagamento destinado aos custos de despesas com corretagem, colocação e administração do Título de Capitalização, emissão, divulgação e lucro da sociedade de capitalização. • CPC 48 - Instrumentos financeiros: Devido aos ativos financeiros, constantes na carteira na data de implementação, passarem no teste de *SPPI* (*Solely Payment of Principal and Interest)*, e a gestão do portfólio de investimentos estar alinhada com o modelo de negócio, a Companhia não apurou impactos significativos em seu balanço em relação à reclassificação dos instrumentos financeiros. Assim, os ativos financeiros contabilizados como disponíveis para venda foram classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA. No caso dos fundos de investimentos, manteve-se a mensuração a valor justo por meio do resultado - VJR, e os ativos antes classificados como mantidos até o vencimento foram redesignados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA em 31 de dezembro de 2024, como demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	Classificação original - CPC 38	Nova classificação - CPC 48
Fundos de investimentos	Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado - VJR
Letras financeiras do tesouro - LFT	Ativos financeiros disponíveis para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA
Letras do tesouro nacional - LTN	Ativos financeiros disponíveis para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA
Notas do tesouro nacional - NTN-F	Ativos financeiros disponíveis para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA
Notas do tesouro nacional - NTN-B	Ativos mantidos até o vencimento	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA

No que se refere à perda esperada dos títulos, a adoção do CPC 48 não trouxe um impacto significativo, em função do reconhecimento de perda esperada nas carteiras classificadas como VJORA. **g) Novas normas e interpretações: Resolução CNSP nº 479/2024, de 26 de dezembro de 2024:** A Resolução CNSP nº 479/2024, de 26 de dezembro de 2024, entra em vigor a partir de janeiro de 2025, introduz duas alterações principais: a exclusão dos fatores reduzidos no cálculo do Risco de Subscrição, que não eram utilizados nos cálculos, pois utilizávamos os fatores padrão, e ajustes pontuais em tabelas e grupos/ramos de classificação para o cálculo do Risco de Subscrição e Operacional, os quais não impactaram a carteira vigente.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados, com exceção do indicado na nota explicativa 2f considerando efeitos prospectivos tal como permitido pelo artigo 4º da Circular SUSEP 678/2022, de 10 de outubro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 (noventa) dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Ativos financeiros:** São classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos, mediante a avaliação se o ativo apresenta características de pagamento apenas de principal e juros, também conhecido como teste de *SPPI* (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: *(i)* mensurados a custo amortizado; *(ii)* mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e *(iii)* mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os principais ativos financeiros da Seguradora são títulos públicos e fundos de investimentos. *i. Mensuradas a custo amortizado:* São classificados nesta categoria os ativos financeiros que atendam ambas as condições a seguir e que não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo (a) mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (b) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são pagamentos somente do principal e dos juros (*SPPI - Solely Payment of Principal and Interest*). *ii. Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)* Compreende os ativos financeiros que atendam ao critério do teste *SPPI* (*Solely Payment of Principal and Interest)*, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda. Os ativos contabilizados como VJORA devem ser registrados ao valor justo no balanço patrimonial. Os juros calculados pela taxa efetiva são registrados no resultado e a variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é registrada contra o patrimônio líquido, na conta "Ajustes com títulos e valores mobiliários", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("*impairment*"). *iii. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):* São classificados nessa categoria os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As cotas de investimentos, por serem um ativo que naturalmente não atende aos critérios de *SPPI* (*Solely Payment of Principal and Interest)*, são classificados como VJR. **c) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros (imparidade), o CPC 48 - Instrumentos Financeiros considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito (ou seja, valor presente de todos os *déficits* de caixa) ao longo da vida esperada do ativo financeiro. O *déficit* de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a entidade espera receber. Como as perdas de crédito esperadas consideram o valor e a época dos pagamentos, a perda de crédito pode ocorrer pelo aumento da aversão ao risco ou *default*, mesmo se a entidade espera ser paga integralmente, mas depois do vencimento estipulado pelo contrato. A provisão para perdas de crédito de um ativo financeiro é mensurada com base nas perdas esperadas para os próximos 12 (doze) meses. No entanto, se na data do balanço o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, a provisão para perdas baseia-se em perdas de crédito esperadas para a vida inteira do contrato. Uma vez que é identificada uma evidência objetiva de desvalorização, a Seguradora utiliza o método da perda esperada com dados específicos de cada *ISIN (International Securities Identification Number)*. O cálculo é realizado para os ativos financeiros classificados nas categorias contábeis valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e custo amortizado. *ii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revistos, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **d) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos utilizados na condução dos negócios da Companhia, demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido pela depreciação acumulada, até a data de cada fechamento, e por perdas de redução de valor recuperável acumuladas, conforme o caso. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos para a aquisição dos itens capitalizáveis para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas entre 10 e 20%. **e) Intangível:** Compreende os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerada a viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de *softwares* são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa n° 8. **f) Provisões técnicas:** As provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, foram elaboradas em todos os aspectos de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A Provisão Matemática para Capitalização - PMC é constituída para cada título em vigor ou suspenso e considera a parcela dos valores arrecadados para capitalização, sendo ajustada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no respectivo plano até o resgate ou cancelamento do título em conformidade com a nota técnica atuarial do plano.

Taxas e carregamento dos principais títulos

Processo Susep	Tipo	% Carregamento	Taxa % a.a.
15414.901962/2019-10	Prêmio Único	7,46	8,08
15414.901957/2019-07	Prêmio Único	7,18	6,17
15414.902004/2019-58	Prêmio Único	5,79	6,17
15414.901384/2018-22	Prêmio Único	16,46	1,94
15414.901388/2018-19	Prêmio Único	2,00	4,28
15414.606403/2021-13	Prêmio Único	9,92	4,28

A Provisão para Resgate - PR é constituída para cada título vencido e antecipado, cujo saldo é atualizado pelo indexador do correspondente plano de capitalização pela taxa de remuneração da caderneta de poupança - TR, desde a data do respectivo evento gerador do resgate do título ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data do efetivo pagamento. A Provisão para Sorteios a Realizar - PSR é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e seu saldo representa o valor presente dos sorteios já custeados e ainda não realizados. Seu valor é calculado pela multiplicação da cota de sorteio e valor do pagamento. A Provisão para Sorteios a Pagar - PSP é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteio e ainda não pagos. Os valores são atualizados monetariamente desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento. A Provisão Complementar de Sorteios - PCS é constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar e utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos Sorteios a Realizar. A provisão representa a diferença positiva entre o valor esperado dos sorteios a realizar e o valor da Provisão para Sorteios a Realizar - PSR, conforme cálculo descrito em nota técnica atuarial. A Provisão para Distribuição de Bônus - PDB é constituída para a cobertura dos valores relativos ao pagamento de bônus previstos em contrato, calculada para cada título (cujo plano estabeleça a distribuição de bônus) que estiver em vigor ou suspenso, de acordo com os critérios previstos em nota técnica atuarial, observadas as regulamentações específicas vigentes. Em 2023, a Provisão de Despesa Administrativa - PDA era constituída para cada título que estiver em vigor, durante o prazo de vigência do título, para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização. O valor era definido com base na variável de despesa de manutenção do título e das despesas e receitas da Companhia sobre a cota de despesa administrativa do título. O saldo da provisão foi revertido, em 1º de janeiro de 2024, conforme Circular nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022, e alterações. A Provisão de Receitas Diferidas - PRD, mensurada a partir de janeiro/24, em atendimento à Circular SUSEP nº 678/2022 de 10 de outubro de 2022, e alterações, considera, a partir de 1º de janeiro de 2024, o diferimento de receitas dos títulos de capitalização gerada pela quota de carregamento dos planos. A quota de carregamento do título é um percentual do pagamento destinado aos custos de despesas com corretagem, colocação e administração do Título de Capitalização, emissão, divulgação e lucro da sociedade de capitalização, seguindo critérios, metodologias e premissas discriminados em nota técnica atuarial e estudo técnico aprovado pelo diretor responsável pela contabilidade. **g) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida com base em evento passado e se a mesma pode ser estimada de forma confiável, bem como, seja provável que haja recurso econômico exigido para liquidar a obrigação. As contingências judiciais passivas são avaliadas individualmente pela área jurídica da Companhia e seus assessores, com relação às probabilidades de perda em função da natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade processual e material e a jurisprudência dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for considerada provável a saída de recursos para a liquidação das ações judiciais e quando tais montantes forem mensuráveis com segurança, conforme os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados, mas não provisionados, caso seja possível a obrigação futura de eventos passados ou se existir obrigação presente de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos judiciais, o que caracteriza a certeza do ganho. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **h) Benefícios aos empregados:** *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa na medida em que o serviço é prestado. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos empregados e Administradores e reconhecidos ao resultado à medida que são incorridos. *ii. Obrigações com aposentadorias:* A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrado pela MAPFRE Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante, mediante contribuições realizadas por ele

continua →★

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/02/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/02/28/MAPFRECapitalizaÃ§Ã£o1581078628022025.pdf

Hash:17406758407379ad69fc754791930ee741b7f7ec16

continuação

MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ 09.382.998/0001-00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados, considerando o salário-base de contribuição do participante e a Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios pós-emprego:* Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa calculados e provisionados no valor de R$ 1. **i) Operações de capitalização:** Para as operações de capitalização, o fato gerador da receita é: a) o recebimento ou a informação sobre o recebimento para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e b) o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico para a quota de carregamento. **j) Custo de aquisição:** É composto substancialmente por valores referentes às comissões e angariações relativas à comercialização de títulos de capitalização, sendo a apropriação ao resultado diferida dentro da PRD, conforme estudo técnico atuarial. **k) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluídas as aplicações classificadas como ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes), ganhos na alienação e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem a atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e perdas por redução ao valor recuperável *("impairment")*, reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidas no resultado. **l) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O tributo corrente corresponde aos valores a pagar sobre a base tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do tributo corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O tributo diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecido no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização desse ativo. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes se forem relacionados com o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido lançados pela mesma autoridade tributária para a mesma entidade sujeita à tributação. **m) Participações nos lucros:** A Companhia registra, mensalmente, a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido alguma mudança significativa na política de remuneração. O valor é atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustado posteriormente para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; e • Gestão de capital. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades à utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que abrangem desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. As responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da MAPFRE estão integradas na estrutura organizacional de acordo com o modelo de 3 (três) linhas de defesa, envolvendo todo o Grupo MAPFRE Brasil incluídas empresas do conglomerado como a MAPFRE RE (SCI e EGR unificado), estabelecendo: a) Primeira linha: composta por empregados, diretoria e áreas operacionais, de negócio e de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades realizadas como parte inerente do trabalho cotidiano. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para gerir os riscos associados aos processos que realizam e garantir que não ultrapassem os limites estabelecidos. b) Segunda linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros, que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos. c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, comunicando eventuais deficiências às partes responsáveis por aplicar as medidas corretivas, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança, conforme o caso. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A Gestão de Riscos no GRUPO MAPFRE Brasil se divide em Gestão de Riscos Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de riscos, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk - VaR*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. A partir da avaliação dos principais riscos, são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de Disseminação de Cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes Órgãos de Governança: • **Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no país, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando aos melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente; • **Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; • **Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos corporativos, e ainda desenvolve e executa, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da Companhia; • **Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as empresas do GRUPO MAPFRE no que diz respeito à alocação dos investimentos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessora no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE; e • **Comissão de Riscos:** com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuariais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm, em seus regimentos, a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** Para os títulos de capitalização as premissas são baseadas nas experiências atuariais da carteira para realizar a gestão dos riscos envolvidos. Os riscos podem ser listados em: • Risco de sorteio, que implica na possibilidade de a Companhia pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas. • Risco de persistência ou comportamento, que implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título. A Administração avalia que a probabilidade de ocorrência desse tipo de risco é reduzida uma vez que o comportamento de inadimplência é mais acentuado na modalidade "popular" onde a Companhia não opera. • Risco de despesas administrativas, onde a Companhia tem que arcar com despesas em séries não comercializadas em sua totalidade. Atualmente esse tipo de risco é gerenciado no momento do lançamento da série, onde a Companhia realiza um estudo preliminar de viabilidade, que indica o número mínimo de cotas a serem comercializadas para a Companhia não ter prejuízos com despesas administrativas. • Risco de garantir a rentabilidade predefinida para as reservas matemáticas aprovadas nas condições gerais dos títulos de capitalização. A Companhia gerencia esse tipo de risco determinando parâmetros mínimos de rentabilidade estipulados para o gestor dos recursos, sendo a rentabilidade monitorada periodicamente e discutida nas reuniões do Comitê de Investimentos. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos; é realizado tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos, que compartilham riscos similares, levam em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. A Administração entende que, no que se refere às operações de capitalização, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera apenas com pagamento único. **Gerenciamento ao risco de crédito:** Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do GRUPO MAPFRE, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Risco de Crédito e submete aos comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos públicos de renda fixa e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais.

Ativos financeiros - *rating*	AAA 2024	Sem *rating* 2024	Total 2024	AAA 2023	Sem *rating* 2023	Total 2023
Títulos públicos de renda fixa (*)	192.657	–	192.657	194.588	–	194.588
Caixa/contas a pagar/receber	–	(16)	(16)	–	(4)	(4)
Total	**192.657**	**(16)**	**192.641**	**194.588**	**(4)**	**194.584**

(*) Inclui operação compromissada com lastro em títulos públicos no montante de R$ 24.836 (R$ 25.178 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress* de mercado. Os testes realizados levam em consideração cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, tendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha e faz a gestão do risco de liquidez, e desenvolveu metodologia própria baseada em método prospectivo de projeção de fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estressadas de entradas e saídas, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos pela companhia nos contratos e certificados dos planos comercializados até a data-base do cálculo. Os fluxos utilizados de entradas e saídas para o lançamento de receitas provenientes de prêmios e contribuições utilizadas nas projeções considera os contratos e certificados vigentes na data-base, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções do passivo, sendo essas premissas estressadas para apurar o fator do risco de liquidez a ser aplicado sobre o montante de provisões a cobrir, com revisão periódica. E segregamos a suficiência de liquidez numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações: verde, amarelo e vermelho. As ações para o atingimento de cada faixa seguem o estabelecido nos normativos internos.

Nível - Risco de liquidez	
>= 100%	Cumprimento total
< 100% - 90%	Zona Verde
< 90% - 30%	Zona Amarela
< 30%	Zona Vermelha

Provisão a cobrir (nota 13) **(a)**	153.911
Ativos garantidores (nota 13) **(b)**	192.641
Fator de risco de liquidez **(c)**	**1,00%**
Risco de liquidez **(d)=(a)*(c)**	**1.539**
Verde	154
Amarelo	923
Vermelho	462
Provisão a cobrir + risco de liquidez **(e)=(a)+(d)**	155.450
Índice de liquidez **(b)/(e)**	**1,24**
Suficiência **(b)-(e)**	37.191
Classificação do nível de liquidez	**Cumprimento total**

Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significante dos contratos de capitalização, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam os mesmos. Para estimar os fluxos de caixa dos ativos foram utilizadas as suas taxas contratadas, levando-se em consideração as características de papel e o cenário macroeconômico vigente. O passivo foi calculado por meio de premissas atuariais de acordo com as características de cada produto. Não obstante a Companhia apresentar liquidez negativa na distribuição das faixas dos *agings* do ativo e do passivo e resultado negativo no capital circulante líquido, como estratégia, mantém aplicações financeiras classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado, que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa e geração de fluxos de caixa positivos nas operações.

	Fluxo de ativos (*) 2024	Fluxo de passivos (**) 2024
Fluxo até 1 ano	127.256	125.200
Fluxo de 1 a 5 anos	62.727	31.747
Fluxo acima de 5 anos	2.678	–
Total	**192.661**	**156.947**

(*) O fluxo de ativos considera o caixa e as estimativas dos fluxos das aplicações financeiras. As aplicações classificadas nas categorias valor justo por meio do resultado podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia. Foram consideradas LFTs no valor R$ 100 milhões como ativos de liquidez imediata na composição do fluxo de ativos até 1 ano, para efeito de enquadramento do ALM. (**) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas, e os débitos das operações com capitalização. **Risco de mercado:** Risco de mercado representa alterações nos preços de ativos financeiros, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, que afetam os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições desses ativos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Investimentos Ltda. com base em cenários de *stress, Duration* e com a metodologia de *Value at Risk - VaR* e *Macaulay Duration.* O modelo de *VaR* é aplicado à carteira da Companhia, utilizando-se de *VaR* paramétrico, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 (um) dia útil. Considerado o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 (um) dia é de 181 (78 em 31 de dezembro de 2023) frente a um patrimônio de R$ 192.641 (R$ 195.283 em 31 de dezembro de 2023) contemplando as carteiras administradas e os fundos valor justo. A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às carteiras administradas e aos fundos dos quais mantém participação. O prazo médio apresentado é de 1,23 ano (1,37 ano em 31 de dezembro de 2023) e está de acordo com as diretrizes do GRUPO MAPFRE, sendo revisado, anualmente, pelo Comitê de Investimentos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de riscos aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i.* Taxa de juros; e *ii.* Cupons de títulos indexados a índices de inflação nas posições ativas e passivas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. A Companhia não resgata antecipadamente os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, mesmo assim, os títulos classificados nessa categoria foram mantidos para cálculo da análise de sensibilidade. A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro considerado a valor justo de R$ 192.641 (R$ 195.283 em 31 de dezembro de 2023), incluindo operações compromissadas.

Fator de risco	Impacto no patrimônio líquido/resultado (bruto de impostos) 2024
Taxa de juros e cupons	
a) Elevação de taxas	(4.194)
b) Redução de taxas	4.392

Parâmetros: 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. A avaliação do risco operacional utiliza uma ferramenta que auxilia na autoavaliação de riscos operacionais e controles inerentes às operações de cada um dos processos, por meio dessa ferramenta os riscos são avaliados com base na sua importância relativa, probabilidade de ocorrência e as medidas de controle existentes para mitigar cada risco exposto. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais e contempla as seguintes atividades: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPO para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas; • Desenvolvimento de planos de continuidade de negócios - PCN; • Treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e • Padrões éticos. Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mapeamento de processos com a identificação de riscos e controles, os quais, são geridos dentro de uma Matriz Única de Riscos e Controles que apresenta o retrato dos processos quanto aos principais riscos expostos e controles existentes. Outro mecanismo de avaliação se refere à avaliação de *Compliance* realizada para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas dos órgãos reguladores e instruções internas (políticas, normativos e procedimentos). A Área de Gerenciamento de Riscos coordena o processo anual de Identificação de Riscos Materiais, a fim de identificar os riscos que a entidade pode enfrentar durante o período contemplado em seu plano de negócios, riscos que podem afetar significativamente o desempenho dos objetivos de classificação ou de capital regulatório. Nessa identificação de riscos, tem como fator de sucesso a colaboração de executivos dentro da organização que possam antecipar ou dar sua opinião sobre a evolução dos riscos aos quais a entidade está exposta. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. Com a publicação da Resolução CNSP nº 416/2021, de 20 de julho de 2021, as entidades devem implementar e manter Estrutura de Gestão de Riscos - EGR que considere, como mínimo, o foco nos seguintes riscos: • Subscrição; • Crédito; • Mercado; • Liquidez; • Operacional; e • Plano de Continuidade de Negócios. No caso da Companhia, conforme admitido por essa Resolução, consideramos, também, além dos riscos mencionados acima, os seguintes riscos: • Cibernético; • Conformidade; • Estratégico; • Legal; • Tecnologia da Informação; e • Ambiental, Social e de Governança. Foi constituído o Comitê de Riscos e implementadas Políticas de Controles Internos. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam por meio de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** No âmbito de Gestão de capital no médio e longo prazo, a Companhia deve manter, de maneira contínua, uma quantia de capital suficiente para cobrir o capital de solvência requerido, contemplando o valor adicional estabelecido pela Gestão de Risco, com a finalidade de impedir que os riscos inerentes à atividade afetem a sustentabilidade da Companhia. A Companhia tem o Capital de Risco calculado considerando todas as premissas de requerimentos estabelecidos pela governança e em atendimento aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:** Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021 e alterações, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado - PLA igual ou superior ao capital mínimo requerido - CMR, sendo equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco - CR calculado. Respeitando os níveis do PLA, para qualidade de cobertura do CMR, observando: a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1; b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3. A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional, e mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido (a)	**35.254**
Despesas antecipadas	(8)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(1.215)
Ativos intangíveis	(347)
1. Ajustes contábeis (b)	**(1.570)**
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	**–**
PLA - Nível I	32.064
PLA - Nível II	–
PLA - Nível III	1.620
Subtotal PLA - Nível (d)	**33.684**
Limitador CMR - PLA Nível I	32.064
Limitador CMR - PLA Nível II	–
Limitador CMR - PLA Nível III	1.620
Subtotal PLA - Limitador (e)	**33.684**
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (f = e - d)	**–**
4. PLA (Total) = PL + ajustes contábeis + ajuste econômicos + ajustes de nível 2 e 3 (g = a+b+c+f)	**33.684**
5. Capital Mínimo Requerido	
Capital base (CB)	10.800
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	**2.659**
Capital de risco de subscrição	1.344
Capital de risco de crédito	506
Capital de risco operacional	1.063
Limite de capital de risco operacional (30% dos demais)	(450)
Capital de risco de mercado	825
Correlação entre os riscos	(629)
Capital mínimo requerido (h)	**10.800**
Suficiência de capital (i = g - h)	**22.884**
Suficiência de capital (i / h)	**211,9%**
Índice de solvência (j = g / h)	**3,12**

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e bancos	5	7
Equivalente de caixa	54	48
Total	**59**	**55**

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos.

Títulos	Hierarquia a valor justo	Vencimento: Até 1 ano (A)	Entre 1 e 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)	Sem vencimento (D)	Ativos: Valor contábil (E = A + B + C + D)	Valor de curva (F)	Valor justo (G)	Ajuste ao valor justo (G - F)	Total: 2024 (E)	%	2023 (H)	%
Mensuradas a valor justo por meio do resultado		**24.836**	**143.419**	**–**	**(16)**	**168.239**	**168.074**	**168.239**	**165**	**168.239**	87%	**75.711**	39%
Fundos de investimentos		**24.836**	**143.419**	**–**	**(16)**	**168.239**	**168.074**	**168.239**	**165**	**168.239**	100%	**75.711**	100%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	–	143.419	–	–	**143.419**	143.254	143.419	**165**	143.419	85%	50.537	67%
Operações compromissadas (*)	2	24.836	–	–	–	**24.836**	24.836	24.836	**–**	24.836	15%	25.178	33%
Caixa / contas a pagar/receber	2	–	–	–	(16)	**(16)**	(16)	(16)	**–**	(16)	0%	(4)	0%
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		**–**	**20.661**	**3.741**	**–**	**24.402**	**27.415**	**24.402**	**(3.013)**	**24.402**	13%	**116.005**	60%
Carteira administrada		**–**	**20.661**	**3.741**	**–**	**24.402**	**27.415**	**24.402**	**(3.013)**	**24.402**	100%	**116.005**	100%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	–	20.661	–	–	**20.661**	23.674	20.661	**(3.013)**	20.661	85%	22.754	20%
Letras do tesouro nacional - LTN	1	–	–	–	–	**–**	–	–	**–**	–	–	93.251	80%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	–	–	3.741	–	**3.741**	3.741	3.741	**–**	**3.741**	15%	–	0%
Mensuradas a custo amortizado		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	–	**2.868**	1%
Fundos de investimentos		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	–	**2.868**	100%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	–	–	–	–	**–**	–	–	**–**	–	–	2.868	100%
Total		**24.836**	**164.080**	**3.741**	**(16)**	**192.641**	**195.489**	**192.641**	**(2.848)**	**192.641**	100%	**194.584**	100%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos. **b) Hierarquia de valor justo:** Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia se baseia em dados de mercado, tanto quanto for possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período. **c) Determinação do valor justo:** Os valores justos das aplicações em fundos de investimento são obtidos a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda de 1 (um) dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos públicos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. O valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação.

d) Taxa de juros contratada

	Maior taxa 2024	Menor taxa 2024	Maior taxa 2023	Menor taxa 2023
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC
Letras do tesouro nacional - LTN	–	–	10,07%	10,05%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	7,51%	7,36%	7,50%	7,35%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	7,35%	7,35%	7,34%	7,34%
Operações compromissadas (*)	12,12%	12,12%	11,62%	11,62%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

e) Movimentação das aplicações

	2023	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	2024
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	75.711	152.626	(76.756)	**–**	16.658	**168.239**
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	116.005	2.868	(95.402)	(1.639)	2.570	**24.402**
Mensuradas a custo amortizado	2.868	**–**	(2.868)	**–**	**–**	**–**
Total	**194.584**	**155.494**	**(175.026)**	**(1.639)**	**19.228**	**192.641**

	2022	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	2023
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	89.656	59.392	(83.618)	–	10.281	75.711
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	103.358	–	(2.107)	4.655	10.099	116.005
Mensuradas a custo amortizado	3.213	–	(389)	–	44	2.868
Total	**196.227**	**59.392**	**(86.114)**	**4.655**	**20.424**	**194.584**

7. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

O saldo de títulos e créditos a receber é composto por compartilhamento de despesas no montante de R$ 3.946 (R$ 2.409 em 31 de dezembro de 2023).

8. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização	Valor bruto	Amortização acumulada	Valor residual	2023	Amortização	2024
Desenvolvimento de *softwares*	14% a 20%	1.186	(839)	347	584	(237)	347

	Taxa anual de amortização	Valor bruto	Amortização acumulada	Valor residual	2022	Amortização	2023
Desenvolvimento de *softwares*	14% a 20%	1.186	(602)	584	821	(237)	584

9. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2024	2023
Fornecedores	132	183
Participação nos lucros a pagar	3.624	2.241
Dividendos a pagar	832	1.487
Compartilhamento de despesas	151	65
Outras obrigações a pagar	8	31
Total	**4.747**	**4.007**

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2024	2023
Imposto de renda	1.217	2.713
Antecipação de imposto de renda	(487)	(2.254)
Contribuição social	840	1.802
Antecipação de contribuição social	(270)	(1.433)
COFINS	59	60
PIS	10	10
Total	**1.369**	**898**

11. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO

Referem-se a valores de devoluções de títulos de capitalização R$ 692 (R$ 2.319 em 31 de dezembro de 2023).

12. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

2024

	Provisão matemática para capitalização - PMC	Provisão para resgate -PR	Provisão para sorteios a realizar -PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP	Provisão para distribuição de bônus - PDB	Provisão complementar de sorteio -PCS	Provisão de despesas administrativas - PDA (*)	Provisão de receitas diferidas - PRD	Total
Saldo inicial	**126.668**	**4.345**	**582**	**25.191**	**46**	**399**	**408**	**–**	**157.639**
Constituição de provisão	132.608	–	14.341	13.661	185	5.012	–	16.590	182.397
Atualização monetária e juros	8.124	15	5	220	–	–	–	–	8.364
Pagamento de títulos sorteados	–	–	–	(10.666)	–	–	–	–	(10.666)
Pagamento de resgates	–	(148.270)	–	–	–	–	–	–	(148.270)
Títulos cancelados	(3.669)	–	–	–	–	–	–	–	(3.669)
Apropriação de receita diferida	–	–	–	–	–	–	–	(11.935)	(11.935)
Baixa de sorteio decorrido	–	–	(13.936)	–	–	(4.975)	–	–	(18.911)
Transferência de provisão de resgates antecipados	(41.575)	41.575	–	–	–	–	–	–	–
Transferência de provisão de resgates vencidos	(105.531)	105.531	–	–	–	–	–	–	–
Transferência de provisão para distribuição de bônus	–	7	–	–	(7)	–	–	–	–
Decremento bônus	–	–	–	–	(185)	–	–	–	(185)
Receitas com penalidades	(2)	–	–	–	–	–	–	–	(2)
Outras reversões	(3)	(153)	(1)	(286)	–	–	(408)	–	(851)
Saldo final	**116.620**	**3.050**	**991**	**28.120**	**39**	**436**	**–**	**4.655**	**153.911**

2023

	Provisão Matemática para Capitalização - PMC	Provisão para Resgate - PR	Provisão para Sorteios a Realizar - PSR	Provisão para Sorteios a Pagar - PSP	Provisão para Distribuição de Bônus -PDB	Provisão complementar de sorteio - PCS	Provisão para despesas Administrativas - PDA	Total
Saldo inicial	**141.185**	**3.448**	**561**	**22.860**	**57**	**407**	**459**	**168.977**
Constituição de provisão	143.089	–	16.966	16.402	218	4.404	–	181.079
Atualização monetária e juros sobre provisão técnica	10.292	67	53	327	–	–	27	10.766
Pagamento de títulos sorteados	–	–	–	(14.398)	–	–	–	(14.398)
Pagamento de resgates	–	(162.624)	–	–	–	–	–	(162.624)
Títulos cancelados	(4.453)	–	–	–	–	–	–	(4.453)
Constituição de despesas administrativas	–	–	–	–	–	–	1.108	1.108
Baixa de despesas administrativas	–	–	–	–	–	–	(1.186)	(1.186)
Baixa de sorteio decorrido	–	–	(16.998)	–	–	(4.412)	–	(21.410)
Transferência de provisão de resgates antecipados	(43.604)	43.604	–	–	–	–	–	–
Transferência de provisão de resgates vencidos	(119.838)	119.838	–	–	–	–	–	–
Transferência de provisão para distribuição de bônus	–	12	–	–	(12)	–	–	–
Decremento bônus	–	–	–	–	(217)	–	–	(217)
Receitas com penalidades	(3)	–	–	–	–	–	–	(3)
Saldo no final	**126.668**	**4.345**	**582**	**25.191**	**46**	**399**	**408**	**157.639**

(*) Vide nota 2 f.

13. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2024	2023
Provisões técnicas	153.911	157.639
Total a ser coberto	**153.911**	**157.639**
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	168.239	75.711
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	24.402	116.005
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	–	3.567
Total de ativos garantidores	**192.641**	**195.283**
Suficiência	**38.730**	**37.644**

14. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição

Natureza	Provisões judiciais 2024	Provisões judiciais 2023
Cíveis	454	408
Total	**454**	**408**

b) Composição das ações judiciais de natureza fiscais e cíveis por probabilidade de perda

	Quantidade 2024	Valor do risco 2024	Valor da provisão 2024	Quantidade 2023	Valor do risco 2023	Valor da provisão 2023
Cíveis	**12**	**659**	**454**	**18**	**594**	**408**
Provável	7	454	454	10	408	408
Possível	5	205	–	8	186	–
Fiscais	**1**	**1.960**	**–**	**1**	**1.235**	**–**
Possível	1	1.960	–	1	1.235	–
Total	**13**	**2.619**	**454**	**19**	**1.829**	**408**

c) Movimentação

	Cíveis 2024	Cíveis 2023
Saldo inicial	**408**	**409**
Constituições/Reversões	35	18
Pagamentos	(50)	(77)
Atualização monetária	61	58
Saldo final	**454**	**408**

continua

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/02/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/02/28/MAPFRECapitalizaÃ§Ã£o1581078628022025.pdf

Hash:17406758407379ad69fc754791930ee741b7f7ec16

→ continuação

MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ 09.382.998/0001-00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

d) Cronograma esperado dos desembolsos

Estimativa	**Cíveis**
Até 5 anos	454
Total	**454**

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

Cíveis - Valores em risco decorrentes de processos judiciais excluídos os que não estejam relacionados às condições gerais dos produtos comercializados, incluindo danos morais (quando não relacionados à operação de capitalização). **Fiscais** - A Companhia possui discussão judicial tributária e, amparada por seus assessores jurídicos classifica a probabilidade de perda desta ação em "provável", "possível" e "remota", para fins de provisionamento contábil. Os valores em risco são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e para a data base de 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui registro contábil de contingência uma vez que não houve avaliação de "provável" para as suas ações judiciais. **PIS/COFINS** - Discute judicialmente a base de cálculo de PIS/COFINS, com base na Lei 12.973/2014, de 13 de maio de 2014, com o entendimento de que a incidência de referidos tributos se dá apenas sobre quotas de carregamento de títulos de capitalização. Aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. A probabilidade de perda classificada como possível no valor de R$ 1.960 (R$ 1.235 em 31 de dezembro de 2023).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 15.000 (R$ 15.000 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 13.846.989 ações ordinárias, sem valor nominal (13.846.989 ações em 31 de dezembro de 2023). **b) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **c) Reserva de investimentos:** Conforme previsto no Estatuto Social, a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal, e a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio serão transferidas à conta de reserva de investimentos. **d) Ajustes de avaliação patrimonial:** Compreende o ajuste a valor justo a redução ao valor recuperável dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários. **e) Dividendos:** De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

Lucro líquido do exercício	3.506
Constituição da reserva legal (5%)	(175)
Lucro líquido ajustado	**3.331**
Dividendos mínimos obrigatórios	832
Total dos dividendos distribuídos	**832**
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	**25%**
Quantidade de ações:	
Ações ordinárias	13.846.989
Dividendos distribuídos por ação:	0,06

16. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	2024	2023
a) Contribuição com títulos de capitalização	**159.547**	**172.448**
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio	143.201	155.373
Contribuição - Quotas de carregamento	16.346	17.075
b) Variação da receita diferida (vide nota 2f)	**(4.655)**	**75**
Reversão de receita diferida (PRD)	11.935	–
Constituição da provisão de receita diferida (PRD)	(16.590)	–
Reversão de provisão de despesa administrativa (PDA)	–	75
c) Variação das provisões para resgate	**(128.932)**	**(138.626)**
Constituição de provisão matemática para capitalização (PMC)	(132.608)	(143.089)
Cancelamentos de provisão matemática para capitalização (PMC)	3.669	4.453
Variação das provisões técnicas	7	10
d) Resultado com sorteio	**(14.103)**	**(16.370)**
Variação da provisão de sorteios a realizar	(442)	32
Variação da provisão de sorteios a pagar	(13.661)	(16.402)
e) Custos de aquisição	**(4.554)**	**(4.980)**
Comissões	(4.291)	(4.595)
Outros custos	(263)	(385)
f) Outras receitas e despesas operacionais	**604**	**(68)**
Contingências cíveis	15	59
Redução ao valor recuperável	22	(22)
Outras receitas e despesas	567	(105)
g) Despesas administrativas	**(11.748)**	**(7.371)**
Pessoal próprio	(6.038)	(1.445)
Serviços de terceiros	(1.596)	(1.818)
Localização e funcionamento	(601)	(593)
Depreciações e amortizações	(263)	(266)
Publicidade e publicações	(112)	(129)
Outras despesas administrativas	(3.138)	(3.120)
h) Despesas com tributos	**(1.030)**	**(2.196)**
IRPJ/CSLL	(6)	(1.000)
COFINS	(506)	(697)
PIS	(82)	(113)
Taxa de fiscalização	(386)	(334)
Outros	(50)	(52)
i) Resultado financeiro	**10.766**	**9.467**
Receitas financeiras	**19.350**	**20.516**
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	16.658	10.281
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.570	10.099
Mensuradas a custo amortizado	–	44
Redução ao valor recuperável	67	–
Outras receitas financeiras eventuais	55	92
Despesas financeiras	**(8.584)**	**(11.049)**
Despesas financeiras com provisões técnicas	(8.364)	(10.766)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(61)	(58)
Outras despesas financeiras	(159)	(225)

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição social sobre o lucro líquido	Imposto de renda	Contribuição social sobre o lucro líquido
Lucro contábil antes dos impostos e após participações	**5.456**	**5.456**	**10.138**	**10.138**
Adições e exclusões permanentes	11	11	275	275
Adições e exclusões temporárias	130	130	1.601	1.601
Resultado fiscal do exercício	**5.597**	**5.597**	**12.014**	**12.014**
Tributos calculados pela alíquota nominal	(1.376)	(840)	(2.979)	(1.802)
Tributos diferidos sobre adições e exclusões temporárias	33	20	400	240
Incentivos fiscais	158	–	267	–
Ajustes relativos a exercício corrente	78	(23)	–	–
Tributos sobre o lucro do exercício	**(1.107)**	**(843)**	**(2.312)**	**(1.562)**
Alíquota nominal - RAI	25%	15%	25%	15%
Alíquota efetiva	20%	15%	23%	15%

b) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos e tributos a recuperar

Ativo	2023	Constituições	Reversões	2024
Tributos a compensar	433	283	(715)	1
Tributos retidos na fonte	2.042	903	(2.945)	–
Total ativo circulante	2.475	1.186	(3.660)	1
Ativo e passivo				
Diferenças temporárias:				
Ajustes de títulos a valor justo TVM	549	1.151	(495)	1.205
Contingências cíveis	163	38	(19)	182
Provisão para participação nos lucros	1.388	11.294	(11.232)	1.450
Provisão para riscos de crédito	–	7	(16)	(9)
Total ativo e passivo não circulante	**2.100**	**12.490**	**(11.762)**	**2.828**

Ativo	2022	Constituições	Reversões	2023
Tributos a compensar	1.393	516	(1.476)	433
Tributos retidos na fonte	2.049	–	(7)	2.042
Total ativo circulante	**3.442**	**516**	**(1.483)**	**2.475**
Ativo e passivo				
Diferenças temporárias:				
Ajustes de títulos a valor justo TVM	2.411	–	(1.862)	549
Contingências cíveis	164	21	(22)	163
Provisão para participação nos lucros	747	641	–	1.388
Total ativo e passivo não circulante	**3.322**	**662**	**(1.884)**	**2.100**

18. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona diretamente aos seus colaboradores um plano de previdência complementar, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas no exercício totalizaram R$ 172 (R$ 212 em 31 de dezembro de 2023).

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Companhia, empresas que compõem o GRUPO MAPFRE, o Conglomerado Banco do Brasil S.A., seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados.

Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

		2024				2023			
		Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Brasilseg Companhia de Seguros (2)	Empresa ligada	–	5	20	(12)	–	2	6	(4)
MAC Investimentos S.A. (1)	Empresa ligada	6	–	31	–	3	–	29	–
MAPFRE Brasil Participações S.A. (1)	Acionista indireta	3	47	–	(235)	–	21	–	(130)
MAPFRE Investimentos Ltda. (1)	Empresa ligada	12	2	106	(32)	14	38	137	(93)
MAPFRE Participações S.A. (3)	Acionista direta	–	832	–	–	–	1.487	–	–
MAPFRE Previdência S.A. (1)	Empresa ligada	14	56	–	(932)	–	44	–	(717)
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)/(2)	Empresa ligada	2.788	14.876	72.542	(27.324)	3.278	13.385	71.657	(23.200)
MAPFRE Tech (4)	Empresa ligada	–	–	–	–	–	14	–	–
MAPFRE Vida S.A. (1)/(2)	Empresa ligada	153	284	4.128	(1.732)	297	290	8.050	(3.263)
MAWDY Ltda. (1)	Empresa ligada	5	33	572	(187)	41	32	547	(141)
PROTENSEG Corretora de Seguros Ltda. (1)	Empresa ligada	5	–	39	–	5	–	45	(3)
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (1)	Empresa ligada	5	–	47	–	2	–	–	(3)
Total		**2.991**	**16.135**	**77.485**	**(30.454)**	**3.640**	**15.313**	**80.471**	**(27.554)**

1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Empresa, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE. 2) Refere-se à venda de títulos de capitalização que são oferecidos em incentivo na venda de seguros. 3) Refere-se à distribuição de dividendos. 4) Refere-se a sistemas de tecnologia. **a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É estabelecida anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária a remuneração, os benefícios, os bônus e a participação nos lucros da Administração. Os montantes são pagos pelas empresas MAPFRE Seguros Gerais S.A., MAPFRE Vida S.A., MAPFRE Brasil Participações S.A., MAPFRE Investimentos Ltda. e empresas do GRUPO MAPFRE.

	2024	2023
Honorários	20.397	17.724
Benefícios	9.208	6.522
Bônus e participação nos lucros	13.627	10.434
Total	**43.232**	**34.680**

A Companhia não tem como política pagar a empregados e Administradores remuneração baseada em ações.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria está instituído na empresa MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, tendo alcance sobre a Companhia. **b) Honorários de auditores independentes:** Os honorários dos auditores independentes praticados são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas da MAPFRE S.A. (ES).

DIRETORIA

OSCAR JOSE CELADA RODRIGUES
Diretor Presidente

ANTONIO CLEMENTE CAMPANÁRIO
Diretor Geral

ANDRÉ CONDE CASELLI
Diretor Geral de Tecnologia

ALESSANDRA SAYEGH GOMES LOPES DELVAUX
Diretora de Compliance e Controles Internos

ANA PAULA BERNIZ PIN MODESTO
Diretora de Recursos Humanos

HUGO SÉRGIO DE ASSIS JÚNIOR
Diretor Geral de Estratégia e Transformação

NELSON FILIPE DE OLIVEIRA LOPES ALVES
Diretor Financeiro

ROBERTO JUNIOR DE ANTONI
Diretor Geral de Operações

SIMONE PEREIRA NEGRÃO
Diretora Jurídica e Secretária Geral Brasil

CONTADORA

TÁLITA DE FIUME - CRC 1SP 333939/O-0

ATUÁRIA

VERA LUCIA FERNANDES LOPES - MIBA 817

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Participações S.A., é um Órgão Estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto das Demonstrações Financeiras e avaliar a efetividade do Sistema de Controles Internos e das Auditorias Externa e Interna.

É constituído por 4 (quatro) membros efetivos independentes e instituído na Empresa Líder MAPFRE Participações S.A., em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

Durante os primeiros 10 (dez) meses do ano de 2024 o Comitê de Auditoria foi composto pelos Srs. Edgar Jabbour, Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis e Luiz Cláudio Ligabue (Coordenador).

A partir de 01 de novembro de 2024 também passou a compor o Comitê de Auditoria a Sra. Rosana Passos de Padua.

O universo de atuação do Comitê compreende a Instituição Líder e tem alcance sobre as seguintes empresas: MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A.

Os administradores da Empresa Líder e de suas Subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, a efetividade das ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras das Subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a adequação do Sistema de Controles Internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares.

A KPMG Auditores Independentes também é responsável pela auditoria e emissão de parecer dos Atuários Auditores Independentes das Demonstrações Financeiras das Subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, inclusive, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação das provisões técnicas, dos sistemas de controles internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares.

Principais Atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e controles, Auditorias Interna e Externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

Nas reuniões de trabalho, com administradores, executivos e técnicos das diversas Áreas da Organização, o Comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das Demonstrações Financeiras; ao Sistema de Controles Internos; aos processos contábeis; aos critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos; ao processo de gestão de riscos; e aos relativos a fraude, denúncias e irregularidades. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das Auditorias Interna e Externa, oportunidades em que verificou e apreciou seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis e dos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das Empresas abrangidas.

Revisou as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e o Relatório da Administração da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. e discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

a) A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;

b) As Auditorias Externas também são efetivas e as informações por elas fornecidas constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das Demonstrações Financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência dos seus trabalhos;

c) Todas as recomendações apresentadas à Presidência ou ao Diretor Presidente, foram acatadas na íntegra;

d) As Demonstrações Financeiras da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Empresas em 31 de dezembro de 2024 e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, práticas estas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP Superintendência de Seguros Privados.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

Luiz Cláudio Ligabue
Coordenador e Membro Titular

Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis
Membro Titular

Edgar Jabbour
Membro Titular

Rosana Passos de Padua
Membro Titular

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da
MAPFRE Capitalização S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **MAPFRE Capitalização S.A.** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MAPFRE Capitalização S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração da provisão matemática para resgates dos títulos de capitalização (PMC)

Veja as Notas nºs 3(f) e 12 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

A Companhia mantém a provisão matemática de capitalização (PMC), relacionada ao resgate de títulos de capitalização, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Para mensurar a referida provisão, a Companhia utiliza-se de percentuais definidos nas condições gerais dos produtos de capitalização, aplicados sobre os valores de arrecadações registrados no período, adicionado a incidência de juros e atualização monetária. Consideramos a avaliação da mensuração da Provisão Matemática de Capitalização (PMC), como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos no contexto das demonstrações financeiras.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

(i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de parametrização do cálculo da PMC no sistema operacional de acordo com as condições gerais do produto, processo de aprovação e liquidação financeira dos resgates;

(ii) confronto dos totais das bases analíticas de arrecadações emitidas e de resgates pagos no período, bem como dos montantes de atualização monetária e juros reconhecidos, com o fluxo de movimentação da PMC e respectivos saldos contábeis;

(iii) recálculo da constituição da PMC conforme informações das condições gerais dos produtos de capitalização;

(iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas para capitalização, como valores de arrecadação emitidas e de resgates pagos, por meio do confronto com as respectivas documentações suportes e comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e

(v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685-O-0 F SP

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
MAPFRE Capitalização S.A.
São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da MAPFRE Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2024, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da MAPFRE Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da MAPFRE Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

KPMG

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
Rua Verbo Divino, 1400 - 04719-002 - São Paulo - SP - Brasil

Daniela Sedel
Atuária MIBA 1721

Anexo I
MAPFRE Capitalização S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	**2024**
Total de provisões técnicas auditadas	**153.911**
2. Demonstrativo do Capital Mínimo	**2024**
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	2.659
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	10.800
3. Demonstrativo da Solvência	**2024**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	33.684
Ajustes Econômicos do PLA	–
Exigência de Capital (CMR) (b)	10.800
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a -b)	**22.884**
Ativos Garantidores (d)	192.641
Total a ser Coberto (e)	153.911
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	**38.730**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/02/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/02/28/MAPFRECapitalizaÃ§Ã£o1581078628022025.pdf

Hash:17406758407379ad69fc754791930ee741b7f7ec16